



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 24/06/2015, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por se encontrar fora do município, até ao dia 24 de julho de 2015 será substituído no cargo de Vereador pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

- 1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**
- 2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 16, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JUNHO DE 2015**
- 3. REQ. N. 793/15, DATADO DE 04/06/2015 – PC N.º 187/15, DATADO DE 04/06/2015 – TOBEHOME – IMOBILIÁRIA, S.A.**
- 4. REQ. N. 841/15, DATADO DE 15/06/2015 – PC N.º 37/15, DATADO DE 05/02/2015 – EDUARDO LUÍS DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA**

5. REQ. N. 857/15, DATADO DE 17/06/2015 – PC N.º 44/15, DATADO DE 16/02/2015 – MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO E ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES
6. REQ. N. 839/15, DATADO DE 15/06/2015 – PC N.º 78/15, DATADO DE 19/03/2015 – MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES
7. REQ. N. 583/15, DATADO DE 29/04/2015 – PC N.º 97/14, DATADO DE 28/03/2014 – RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ
8. REQ. N. 453/15, DATADO DE 06/04/2015 – PC N.º 22/15, DATADO DE 21/01/2015 – TIME MOLDE II - FABRICAÇÃO DE MOLDES SOCIEDADE UNIPessoal LDA
9. REQ. N. 822/15, DATADO DE 09/06/2015 – PC N.º 197/15, DATADO DE 09/06/2015 – NELSON RIBEIRO SIMÕES
10. REQ. N. 340/15, DATADO DE 16/03/2015 – PC N.º 27/15, DATADO DE 27/01/2015 – MARIA ANÁLIA LEAL GOMES MARQUES, MARIA JUDITE LAMEIRO GOMES MARQUES E SUFRESA – GESTÃO IMOBILIÁRIA LDA
11. REQ. N. 831/15, DATADO DE 12/06/2015 – PC N.º 199/15, DATADO DE 12/06/2015 – JOSÉ DUARTE BAPTISTA VALENTE
12. REQ. N. 783/15, DATADO DE 03/06/2015 – PC N.º 162/12, DATADO DE 06/06/2012 – CARLOS MANUEL GAMEIRO
13. REQ. N. 757/15, DATADO DE 28/05/2015 – PC N.º 284/12, DATADO DE 26/09/2012 – HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA
14. REQ. N. 781/15, DATADO DE 03/06/2015 – PC N.º 211/2015, DATADO DE 03/06/2015 – FLÁVIO COELHO TEIXEIRA
15. REQ. N. 1422/14, DATADO DE 25/09/2014 – PC N.º 53/12, DATADO DE 27/02/2012 – ADELINO RIBEIRO MARGARIDO
16. REQ. N. 220/11, DATADO DE 31/01/2011 – PC N.º 33/11, DATADO DE 31/01/2011 – FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA E MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS CLEMENTE
17. REQ. N. 1504/14, DATADO DE 09/10/2014 – PC N.º 859/04, DATADO DE 07/02/2004 – RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA
18. REQ. N. 884/11, DATADO DE 28/04/2011 – PC N.º 69/09, DATADO DE 14/04/2009 – IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO

19. REQ. N. 2716/10, DATADO DE 26/11/2010 – PC N.º 370/08, DATADO DE 27/11/2008 – CHRISTOPHE VINDEIRINHO
20. REQ. N. 248/13, DATADO DE 21/02/2013 – PC N.º 370/05, DATADO DE 25/05/2005 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA
21. E/4494/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL
22. E/4925/2015 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
23. E/5033/2015 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
24. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
25. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
26. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE *“LEITURA DE CONTADORES PARA O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2015”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
27. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE *“ALUGUER DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, PELO PERÍODO DE 36 MESES”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
28. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS
29. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS
30. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE SETEMBRO E OUTUBRO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.

31. CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DA MARINHA GRANDE A 11 DE DEZEMBRO - REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL
32. OFERTA DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL.
33. FONOTECA VIEIRA DE LEIRIA – CESSAÇÃO DE PROTOCOLO.
34. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO – CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA *“ANTÓNIO ESTEVES, A ARTE DE TRABALHAR O VIDRO”*
35. PROCESSO DISCIPLINAR. DECISÃO.
36. PROCESSO DISCIPLINAR COMUM N.º 1/JA/2015 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA INSTRUTORA – DECISÃO FINAL
37. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Foi atendido o seguinte munícipe:

1 - Sr. Pedro Miguel Ferreira Melo, na qualidade de Presidente da Moher, residente na Rua dos Poços, nº 37 - Lameira da Embra, Marinha Grande, que pretende ser esclarecido sobre a intervenção do Sr. Vereador Paulo Vicente na feira de artesanato realizada em S. Pedro de Moel, uma vez que a atividade, levada a cabo pela Moher, tal como aconteceu nos anos anteriores, estava tratada com a Sr.ª Vereadora Alexandra e com o Sr. Vereador Vítor desde o passado mês de maio. Estranha por isso que a um domingo à tarde, às 15:00 horas, uma fiscalização tenha ido ao local e dito que não havia autorização para utilização da via pública, uma vez que o assunto foi tratado com a Câmara da mesma maneira de outros anos.

Relativamente à rampa de acesso à praia de S. Pedro de Moel, disse que o ano passado foi a Moher que participou nos custos da rampa da parte sul da praia, de modo a facilitar o acesso à mesma. Este ano foi, e bem, hasteada a bandeira de praia acessível, e não achou bem que a Moher não tenha sido chamada a participar no hastear dessa bandeira.

Terminada a intervenção do munícipe, o Sr. Vereador Paulo Vicente usou da palavra para esclarecer as questões colocadas.

Começou por informar que aquando da implementação do Regulamento de venda ambulante em locais fixos foi feita uma divulgação do mesmo, com a chamada de atenção para os vendedores que já tinham "direitos adquiridos" em alguns lugares, nomeadamente na praça de S. Pedro de Moel. Alguns disseram-lhe que pagavam à Moher, pelo que os informou de que esta associação não tem competência para cobrar taxas.

Sobre a situação apresentada, referiu que no domingo recebeu um telefonema, a dizer que estava a ser cobrado terrado por parte da Moher e que havia uma grande confusão na praça. Tentou saber se havia alguma autorização para esta cobrança, foi informado que não e então pediu ao fiscal da Câmara para ir lá ver se estava a ser feita alguma cobrança, e se assim fosse que lhe trouxesse um recibo para documentar. Ele informou-o que havia pessoas que já teriam pago e às quais a Moher depois emitiria o recibo. Quando veio de férias expôs o caso à vereação, uma vez que a cobrança de terrado em espaço público não é competência dos Vereadores mas sim da Câmara.

Relativamente à praia acessível de S. Pedro de Moel, informou que a praia é fiscalizada para esse efeito e é concedida a bandeira, não tendo nada a ver com a rampa. Esclareceu ainda que as intervenções no espaço público são competência da Câmara e não devem ser delegáveis em ninguém, e que a rampa de acesso no outro lado da praia está dentro da concessão do concessionário do apoio de praia, constando dos respetivos alvarás das concessões. E foi o que aconteceu neste caso, em que a concessão foi feita na condição de o concessionário fazer a rampa.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho referiu que não lhe parece que a explicação do Sr. Vereador responda à questão colocada pelo Sr. Pedro Melo. O Sr. fiscal pediu a licença de ocupação de espaço público, e na sua opinião parece-lhe não ser necessária, porque o evento é co-organizado pela Câmara com as entidades locais (Moher e Protur). O Sr. fiscal não tinha competência nem legitimidade para atuar. Se a cobrança do terrado é um ato ilícito por parte da Moher deveria ter sido denunciado. A Câmara não se licencia a si própria, e a cobrança ou não cobrança do terrado é coisa diferente. Referiu que até gostaria de ouvir o Sr. fiscal para saber quais foram as instruções dadas, se era para fiscalizar a ocupação do espaço público ou a eventual cobrança do terrado ou outro ato ilícito que estivesse a ser praticado no evento. Pediu desculpa à Moher pela atuação, porque esta atividade estava inclusive publicitada na agenda cultural.

Esclareceu que a Sr.ª Vereadora organiza os eventos em nome e representação da Câmara Municipal e não em seu nome como o Sr. Presidente diz na sua nota de imprensa. Atua enquanto Vereadora da Câmara Municipal, nunca o fez de outra forma, tanto neste como noutros eventos, nem qualquer outro Vereador o fez antes. Não percebe porque o Sr. Presidente lhe exige essa licença. Da sua parte é este o entendimento. São atividades co-organizadas pela Câmara e não necessitam de licença de ocupação de espaço público. Se o Sr. Presidente entender de forma diferente a Moher terá de atuar nessa conformidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente disse que pensava que a Sr.ª Vereadora tinha ficado esclarecida, pois o que está em causa é a ocupação de espaço público com cobrança de taxas. Não é só a licença de ocupação de espaço público, mas as taxas do espaço que são da competência da Câmara. O que está aqui em questão é a cobrança de taxas por parte de uma entidade externa. (o representante da Moher protestou dizendo que não é verdade). Essa cobrança é ilegal e não foi autorizada pela Câmara. Disse ainda que a situação irá ser esclarecida com o fiscal, e que este não virá à reunião.

O Sr. Presidente referiu que a Câmara não tem que ver com o facto de a Moher ter custeado a rampa, porque o concessionário estava obrigado a isso. Informou ainda que a intervenção de limpeza e colocação de tout-venent feita na Moher pela Junta de Freguesia é ilegal, uma vez que não poderão fazer nada sem a autorização da Câmara Municipal. Já falou sobre o assunto com a Sr.ª Presidente da Junta.

Depois deste esclarecimento, o Sr. Presidente deu por concluído o atendimento ao público.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VOTO DE PESAR

464 - Após o atendimento ao público, o **Sr. Presidente** anunciou que irá apresentar um voto de pesar pelo falecimento da Sr.ª Dr.ª Maria Barroso Soares, a que se seguirá a intervenção dos Srs. Vereadores, no período de antes da ordem do dia.

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE Maria de Jesus Simões Barroso Soares

Maria Barroso Soares nasceu na Fuzeta, Olhão, em 1925, tendo concluído em 1943 o Curso de arte Dramática do Conservatório Nacional, tendo-se licenciado posteriormente em Ciências Histórico- Filosóficas, na Faculdade de Letras de Lisboa.

Durante o Estado Novo, e ao lado do seu marido, Dr. Mário Soares, lutou contra o regime ditatorial, na defesa da Liberdade e da Democracia, tendo mesmo sido proibida de ensinar durante os regimes de Salazar e de Marcelo Caetano.

Foi candidata a Deputada pela Oposição Democrática em 1969 e participou no III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro de 1973.

Foi eleita para o Parlamento Nacional e enquanto deputada defendeu a abertura da Escola à comunidade e à família, mediante a colaboração em ações diversas.

De 1986 a 1996 foi a Primeira-dama do país, ao lado do marido, Dr. Mário Soares, como Presidente da República Portuguesa.

Durante este período e até ao terminus da sua vida, desenvolveu particularmente actividades de apoio às áreas da cultura, educação e família, infância, solidariedade social, dimensão feminina, saúde, integração de deficientes e prevenção da violência.

Depois de 1996 foi ainda Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa e da Fundação Aristides Sousa Mendes, além de sócia fundadora da *Pro Dignitate*, Fundação que tem por objectivo prevenir contra a violência e promover os Direitos Humanos.

Pelo seu papel na Sociedade, enquanto Cidadã e enquanto Mulher, como presença viva e ativa de uma cultura humana global em que o conhecimento e o sentimento se aliavam e comunicavam ideias do progresso humano e social, a Câmara Municipal da Marinha Grande decide aprovar este Voto de Pesar a apresentar à sua Família.”

Antes da votação, registaram-se as seguintes intervenções:

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que não põe em causa a figura nacional, embora desconheça a sua intervenção na Marinha Grande, tendo sugerido que este princípio de homenagear figuras nacionais seja continuado.

O Sr. Vereador Paulo Vicente disse que é lamentável a posição do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, uma vez que uma figura nacional com esta dimensão não deveria ser posta em causa. Foi uma intervenção infeliz.

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse que vota favoravelmente, não pela figura nacional, não por ter sido esposa de um Presidente da República, mas sim por ter sido uma pessoa com uma intervenção ativa na construção da democracia e na ajuda a presos políticos. Por esta ordem de ideias também teve intervenção na Marinha Grande. Destaca também o nível intelectual da Dr.^a Maria Barroso, razão pela qual está de acordo com este voto de pesar, por não haver qualquer intuito político, apenas um sentimento.

O Sr. Vereador António Santos disse que vota a favor, não só por ser uma figura nacional mas por ser uma mulher da cultura.

Posto à votação, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, devendo ser comunicado à família e divulgado na comunicação social.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos saudou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse, antes de apresentar a intervenção que preparou, que gostava de esclarecer a intervenção do público, numa reunião privada com todos os Vereadores, para ter acesso a todos os dados, uma vez que não os tem.
- ⇒ Referiu que esteve sempre ao lado do apoio à indústria e ao empreendedorismo, e foi com satisfação que leu que o consumo de energia na Marinha Grande aumentou mais de 50%, o que é um prenúncio de que as indústrias estão a fazer o seu trabalho para criar mais emprego. Neste contexto também não pode deixar de enaltecer a DEM 2, do colega Vereador Aurélio. Se em tempos a palavra “patrão” teve uma conotação negativa, hoje deve ser acarinhado, porque é uma pessoa que emprega e contribui para o desenvolvimento do País.
- ⇒ A edição de 02/07/2015 do Jornal de Leiria diz que Leiria já apresentou projetos para a reabilitação urbana, com uma ideia para o mercado, tipo “mercado da Ribeira”. Daí que questione que projetos é que temos para a nossa cidade.
- ⇒ Foi contactado pelo Eng.º Morna sobre a colocação do sinal que se encontra no início da Rua do Sol, em S. Pedro de Moel, e que está fora do alcance da visão das pessoas, o que faz com que circulem em contramão.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes saudou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Sobre o atendimento ao público disse que se limita a comentar o que se passou, que é uma situação preocupante, que espera e deseja seja esclarecida o mais rápido possível.
- ⇒ Congratulou-se com o facto do Festival Cister Música ter incluído a Casa da Cultura no seu roteiro, com um espectáculo magnífico, e espera que continue.
- ⇒ Na Praia da Vieira os concessionários queixaram-se que havia falta de limpeza, pelo que era bom que a Câmara esclarecesse a situação com eles.
- ⇒ Nas Pedras Negras há tábuas soltas no acesso mais próximo do mar e que necessita de uma intervenção já.
- ⇒ Pensa que a Marinha Grande está contemplada no Portugal 2020.
- ⇒ Sugeriu que a Câmara divulgue no seu site as datas da realização das festas das várias coletividades, uma vez que não é fácil saber quando são.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Agradeceu as palavras do Sr. Vereador António Santos, referindo que não faz mais nada do que o seu trabalho como cidadão.

⇒ Disse que não percebe o que se passou com a Moher e porque é que tem que se chegar a este ponto, daí que coloque as seguintes questões:

- Como é que foi nos outros anos?
- Que taxas foram cobradas?
- Gostava de ver o documento que o fiscal reuniu sobre a cobrança das taxas.

O papel da Câmara deve ser facilitador, e como co-responsável pela organização do evento, não entende como é que estes aspetos não foram logo previstos antes da sua realização e porque é que se chegou a este ponto, levando a todos estes constrangimentos.

Sobre a rampa disse que desconhece a situação, mas questiona-se porque é que a Moher resolveu fazer essa rampa, e com certeza que não terá sido por maldade, mas apenas para facilitar a vida das pessoas, com melhor acesso. A Câmara pode não concordar, e aí deverá fazer melhor, senão não deverá levar a mal o que é feito.

Terminou recomendando que caso haja mais eventos as situações sejam previstas antes, conversando.

⇒ Felicitou o Clube de Atletismo da Marinha Grande pelo resultado obtido por um dos seus atletas, assim como a equipa de andebol de cadeira de rodas de Leiria, cuja associação tem a sua sede na Marinha Grande. É uma equipa com atletas marinhenses, que merecem ser felicitados.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho referiu o seguinte:

⇒ Vai voltar ao assunto da Moher para dizer ao Sr. Vice-Presidente que ontem falaram sobre o assunto, ficou esclarecida, mas como o Sr. Presidente publicou a resposta que lhe deu, primeiro em privado mas tornando-a pública depois, entendeu fazê-lo também de forma pública, aqui na reunião, por lhe parecer ser o local certo para o fazer. Disse que a situação não tem qualquer dúvida. A organização da época balnear tem interesse para o concelho, alegrando as férias de quem nos visita, daí ser do interesse da Câmara Municipal que as coletividades e associações promovam eventos, daí que se sentem antes à mesa a combinar, como foi feito neste caso. Foi proposto fazer uma feira de artesanato, tal como no ano transato, porque se informou e soube que correu bem.

Seguidamente leu a nota de imprensa do Sr. Presidente.

Disse que a referência ao terrado apareceu à posteriori. A licença para ocupação do espaço público não existe nem tem que haver, porque é uma organização conjunta com a Câmara. Entende que houve aqui um lapso e nada mais, porque isto foi aquilo que foi combinado e não tem que ser de outra maneira, pois se sempre assim foi com os anteriores Vereadores consigo não terá que ser diferente. Sempre tratou o assunto em privado, mas a partir do momento em que o Sr. Presidente da Câmara o tornou público na sua página oficial de facebook também tem legitimidade para tornar o assunto público. Se o Sr. Presidente tem opinião diferente vai respeitá-la.

O Sr. Vereador António Santos referiu que isto é uma situação mais profunda, que é o não ver o executivo a falar a uma só voz, e isso preocupa-o.

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse o seguinte:

- ⇒ Na sua opinião esta questão é uma questão menor, pois podem ocasionalmente acontecer no decurso das atividades por deficiências de informação, e que já deveria estar mais do que esclarecida entre a Câmara e a Moher. Preocupa-o que se despenda tanto tempo com esta questão, porque também é membro do executivo e este tem tantas e tão complexas situações para resolver.
- ⇒ Saudações desportivas – deixou um voto a todos os desportistas e agentes culturais que praticam desporto e fazem cultura, que podem ou não ganhar, mas que o fazem de uma forma graciosa.
- ⇒ Agradeceu as palavras da Sr.^a Vereadora Maria João relativamente ao Festival Cister Música. A atuação do trio de música clássica foi um momento alto, pode não fazer aderir tantas pessoas mas estiveram entre nós alguns dos melhores músicos a nível europeu. Foi um marco a nível cultural na Marinha Grande.
- ⇒ Deixou uma palavra de reconhecimento e apreço à Liga Portuguesa Contra o Cancro, cujas iniciativas culminaram no passado sábado na Marinha Grande. Um bem-haja a todos os que participaram, propondo ao Sr. Presidente a apresentação de um voto de louvor à comissão local da Liga Portuguesa Contra o Cancro por todas as iniciativas em que participaram. A todos deixa o seu grande agradecimento.
- ⇒ Sobre a divulgação das iniciativas das coletividades no site do Município referiu que não é feito porque muitas das vezes essa informação não chega à Câmara.
- ⇒ Convidou todos para a abertura, no próximo dia 11/07/2015, da exposição do mestre vidreiro António Esteves, que estará presente.

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho pediu para intervir, referindo o seguinte:

- ⇒ Na sua opinião esta questão da Moher não é um problema menor. Os artesãos têm que planear as suas actividades com antecedência e por isso têm que saber aonde vão expor, ou então vão-se embora para outro local. Estes têm que planear as suas feiras com alguma antecedência, daí que o evento tenha sido planeado em maio.

O Sr. Vereador Paulo Vicente referiu o seguinte:

- ⇒ Não está em causa a realização das feiras de artesanato. O que está em causa é a cobrança de terrado. Não vale a pena negar, foi cobrado o ano passado e este ano. É preciso ficar claro a cobrança de taxas e o tipo de artesãos que lá expõem. Não está nem nunca esteve em causa a realização das feiras, que a Câmara apoia, mas sim se a Câmara autoriza ou não a cobrança da utilização do espaço público por terceiros.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que é preciso ver o documento que comprova essa cobrança para que se esclareça a situação.

O Sr. Vereador Paulo Vicente disse o seguinte:

- ⇒ Informou que a reclamação que recebeu nessa tarde de domingo foi de que teriam pago e a Moher ainda não lhes tinha passado o documento.
- ⇒ Relativamente à colocação do sinal de trânsito em S. Pedro de Moel vai verificar.
- ⇒ Sobre a limpeza do areal informou que foi feita e reforçada, mas agora, com o pisoteio, vêm ao de cima os detritos mais pequenos. Hoje de manhã já foi verificar, porque as máquinas da empresa a quem foi adjudicada a prestação de serviços andaram a limpar de noite, e pode garantir que eles estão recomendados para terem esta situação em atenção.

VOTO DE LOUVOR

465 - O **Sr. Presidente** anunciou que irá pôr a votação o seguinte voto de louvor pelo trabalho desenvolvido pela Comissão Local da Marinha Grande do projeto “Um Dia Pela Vida”, da Liga Portuguesa Contra o Cancro:

“VOTO DE LOUVOR À Comissão Local do «Um Dia Pela Vida»

A Liga Portuguesa contra o Cancro promoveu entre os dias 29 de Março e 04 de Julho de 2015 o projecto «Um Dia Pela Vida» que na «esperança de que aqueles que foram levados pelo cancro não serão esquecidos, que aqueles que o estão a combater serão apoiados e que um dia o cancro será vencido».

Para coordenar e desenvolver este projecto no Município foi constituída uma Comissão Local com Marinhenses que abraçaram generosamente esta Missão.

Nos 3 meses de duração do projecto foram mobilizados mais de seis centenas de voluntários e angariados aproximadamente setenta e seis mil euros que servirão para apoiar a LPCC na sua missão de acompanhamento dos doentes oncológicos e suas famílias e apoio à investigação científica na luta contra a doença oncológica.

A Comissão Local do «Um Dia Pela Vida» na Marinha Grande despertou nos Marinhenses o mais nobre dos sentimentos que unem as pessoas: a solidariedade.

A Comissão Local do «Um Dia Pela Vida» provou que também a Marinha Grande é uma terra de gente nobre, com inúmeras pessoas atentas e disponíveis para se unir – muito para além das diferenças – em torno de causas comuns, de causas que revelam o quanto

somos iguais quando confrontados com realidades como a da doença, particularmente a doença do cancro.

Assim decide esta Câmara Municipal aprovar um voto de Louvor à **Comissão Local do «Um Dia Pela Vida»**, extensível a todos os Voluntários, pelo seu trabalho, empenho e dedicação nesta causa e ainda pela forma elevada com que foi dignificado o Município.”

Aprovado por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Renovou o pedido do Sr. Vereador Vítor Pereira para que esteja presente o maior número de marinhenses na inauguração da exposição do Mestre António Esteves.
- ⇒ Esclareceu que tornou pública a sua resposta na segunda-feira, não foi antes da reunião de executivo de ontem.
- ⇒ Referiu que é difícil divulgar as festas das colectividades porque estas não fazem chegar à Câmara a informação, tal como acontece com os subsídios.
- ⇒ Portugal 2020 – as propostas da CIMRL apresentadas na reunião da CCDRC eram de 110 milhões de euros, e saíram de lá com 30 milhões de euros. Os projectos são muitos, e este valor talvez nem sequer chegasse só para Leiria. Há projectos, mas o dinheiro é só este. Na próxima semana há reunião e talvez vá propor o mesmo que o Presidente da Câmara Municipal do Porto já propôs esta semana relativamente à CCDR do Norte.
- ⇒ Informou que o Alcaide de S. Ildefonso La Granja esteve de visita ao concelho, em férias.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião para um breve intervalo, que decorreu das 10:45 horas às 11:00 horas.

Quando a reunião foi retomada não se encontravam ainda presentes as Sr.ªs Vereadoras Alexandra Dengucho e Maria João Gomes e o Sr. Vereador António Santos, que chegaram quando se iniciou a discussão do ponto 8 da ordem do dia, razão pela qual não votaram os pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 16, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JUNHO DE 2015

466 - Presente a ata n.º 16, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 25 de junho de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 793/15, DATADO DE 04/06/2015 – PC N.º 187/15, DATADO DE 04/06/2015 – TOBEHOME – IMOBILIÁRIA, S.A.

467 - Presente requerimento n.º 793/15, datado de 2015/06/04, constante do processo camarário n.º 187/15, subscrito por TOBEHOME – IMOBILIÁRIA, S.A., com o NIPC n.º 507185625, com sede em Rua Latino Coelho, 1, 6.º – Edifício Hi Fly, Sala 5, Avenidas Novas, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, referente ao pedido de licenciamento da “Legalização de alteração de edifício de habitação existente”, da “*Alteração de edifício de habitação existente*”, da “*Demolição de anexo existente*” e da “*Construção de anexo destinado a garagens e arrumos*”, bem como o pedido de emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal, composto por dois fogos destinados ao uso habitacional, sito num prédio urbano localizado na Rua Marquês de Pombal, n.º 90, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.028, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 6.981.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/07/01, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação, propondo o deferimento da pretensão e a emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após a análise do pedido de licenciamento da “Legalização de alteração de edifício de habitação existente”, da “Alteração de edifício de habitação existente”, da “Demolição de anexo existente” e da “Construção de anexo destinado a garagens e arrumos”, bem como o pedido de emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal, composto por dois fogos destinados ao uso habitacional, sito num prédio urbano localizado na Rua Marquês de Pombal, n.º 90, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.028, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 6.981, com o número de processo 187/15, com data de entrada em 2015/06/04, apresentado por TOBEHOME – IMOBILIÁRIA, S.A., com o NIPC 507185625, com sede em

Rua Latino Coelho, 1, 6.º – Edifício Hi Fly, Sala 5, Avenidas Novas, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Mais delibera mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 841/15, DATADO DE 15/06/2015 – PC N.º 37/15, DATADO DE 05/02/2015 – EDUARDO LUÍS DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA

468 - Presente requerimento n.º 841/15, datado de 2015/06/15, constante do processo camarário n.º 37/15, subscrito por EDUARDO LUÍS DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA, com o NIF 230052738, com residência na Rua das Rosas Silvestres, n.º 44, r/c, lugar de Tojeira de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar*”, incluindo a demolição de edificação existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.978, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 13.253, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/04/02.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/06/29, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar*”, incluindo a demolição de edificação existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.978, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 13.253, com o número de processo 37/15, com data de entrada em 2015/02/05, apresentado por EDUARDO LUÍS DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA, com o NIF 230052738, com residência na Rua das Rosas Silvestres, n.º 44, r/c, lugar de Tojeira de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º

136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua Mariana Barosa, com a largura de 2,25m, afastado 3,25m do eixo da via, sendo que, a área sobrance entre o limite do passeio e o arruamento em calçada deverá ser pavimentado em calçada com as dimensões de 0,10mx0,10mx0,10m, em calcário idêntico ao existente na rua.
2. Cedência para o domínio público da faixa de terreno com a área de 63,40m², ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Mariana Barosa, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à peça gráfica (Planta de Implantação – desenho 01.1), entregue a coberto do requerimento número 37/15, datado de 2015/03/30, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
4. Aquando da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 857/15, DATADO DE 17/06/2015 – PC N.º 44/15, DATADO DE 16/02/2015 – MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO E ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES

469 - Presente requerimento n.º 857/15, datado de 2015/06/17, constante do processo camarário n.º 44/15, subscrito por MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO, com o NIF 244501440, com residência na Rua dos Poços, n.º 47, Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria e por ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES, com o NIF 244501882, com residência em 9, Rue Guigneville Andrezel, Seine-et-Marne, França, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões/Rua do Casal dos Claros, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.005, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10.838, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de Câmara datada de 2015/04/02.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/06/29, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões/Rua do Casal dos Claros, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.005, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10.838, com o número de processo 44/15, com data de entrada em 2015/02/16, apresentado por MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO, com o NIF 244501440, com residência na Rua dos Poços, n.º 47, Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria e por ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES, com o NIF 244501882, com residência em 9, Rue Guigneville Andrezel, Seine-et-Marne, França, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua dos Agriões, com a largura de 1,60m e com a Rua do Casal dos Claros, com a largura de 2,25m, devendo a curva de concordância entre os dois arruamentos dispor de um raio mínimo de 10m. Os passeios deverão ser executados em blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em *“tout-venant”* com 0,15m de espessura. Na zona das entradas poderá ser rebaixado o passeio. O lancil deverá ser em betão pré-fabricado com uma espessura mínima de 0,12m. Devido à inexistência de um sistema de drenagem da plataforma da Rua do Casal dos Claros, deverá ser considerada uma berma/valeta com 1,00m de largura, em calçada de calcário ou granito com dimensões de 0,10mx0,10mx0,10m, após execução de uma base em *“tout-venant”* com uma espessura mínima de 0,20m. A berma deverá ser executada de modo a fazer uma valeta suave com um fio de água ao meio da berma em calçada.
2. Cedência para o domínio público da faixa de terreno com a área de 150,10m², ao longo das frentes do prédio confinantes com a Rua do Casal dos Claros e a Rua dos Agriões, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à Planta de Implantação, entregue a coberto do requerimento número 857/15, de 2015/06/17, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
4. Aquando da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 839/15, DATADO DE 15/06/2015 – PC N.º 78/15, DATADO DE 19/03/2015 – MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES

470 - Presente requerimento n.º 839/15, datado de 2015/06/15, constante do processo camarário n.º 78/15, subscrito por MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES, com o NIF n.º 196197244, residente na Rua da Base Aérea, n.º 5, Segodim, freguesia de Monte Rela, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.750, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 19.891-P, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/05/13.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/06/25, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.750, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 19.891-P, com o número de processo 78/15, com data de entrada em 2015/03/19, apresentado por MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES, com o NIF n.º 196197244, residente na Rua da Base Aérea, n.º 5, Segodim, freguesia de Monte Rela, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Travessa do Valverde, com a largura mínima de 1,60m e alinhamento definido por forma a garantir o afastamento de 3,25m ao eixo da referida Travessa. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

3. Cedência para o domínio público da faixa de terreno com a área de 38,80m², ao longo da frente do prédio confinante com a Travessa do Valverde, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente Planta de Implantação, entregue a coberto do requerimento número 369/15, datado de 2015/03/19, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 583/15, DATADO DE 29/04/2015 – PC N.º 97/14, DATADO DE 28/03/2014 – RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ

471 - Presente requerimento n.º 583/15, datado de 2015/04/29, constante do processo camarário n.º 97/14, subscrito por RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ, com o NIF 196149789, residente na Rua Formosa, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de alteração aos projetos das redes de drenagem de águas residuais e pluviais que integram o licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Formosa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.000 e omissa na matriz, para a qual foi emitido o alvará de obras de construção n.º 82/14, datado de 2014/09/26, válido até 2015/09/25.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/06/09, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de alteração aos projetos das redes de drenagem de águas residuais e pluviais que integram o licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Formosa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.000 e omissa na matriz, para a qual foi emitido o alvará de obras de construção n.º 82/14, datado de 2014/09/26, válido até 2015/09/25, com o número de processo 97/14, com data de entrada em 2014/03/28, apresentado por RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ, com o NIF 196149789, residente na Rua Formosa, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR as alterações aos projetos das redes de drenagem de águas residuais e pluviais, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 17,00m², ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Formosa, para passeio, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à Planta de Implantação datada de 2014/03/21, entregue a coberto do requerimento n.º 449/14, de 2014/03/29, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 453/15, DATADO DE 06/04/2015 – PC N.º 22/15, DATADO DE 21/01/2015 – TIME MOLDE II - FABRICAÇÃO DE MOLDES SOCIEDADE UNIPessoal LDA

472 - Presente requerimento n.º 89/15, datado de 21/01/2015, e pedido com o registo n.º 453/15, datado de 06/04/2015, apresentando em sede de audiência prévia, conferida por deliberação tomada em reunião de Câmara de 5/03/2015, nos termos dos artigos 100º e 101º do CPA, as **alegações** face ao projeto de decisão de indeferimento, ao abrigo do n.º 5 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por ausência de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, do processo relativo a **legalização e ampliação de uma unidade industrial**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.731 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 1.871, n.º 1.872 e n.º 1.874, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 22/15, com data de entrada de 21/01/2015, apresentado por **TIME MOLDE II - FABRICAÇÃO DE MOLDES SOCIEDADE UNIPessoal LDA**, com o NIPC 509 826 954, com sede na Rua 10 de Junho, n.º 12, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 26/05/2015, que refere quais os projetos a apresentar no âmbito de um processo de obras de urbanização e respetivos condicionalismos.

Presente informação técnica, datada de 06/07/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido no âmbito do n.º 1 do artigo 25º do RJUE.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização e ampliação de uma unidade industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.731 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 1.871, n.º 1.872 e n.º 1.874, da freguesia da Moita e concelho da

Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 22/15, com data de entrada de 21/01/2015, apresentado por TIME MOLDE II - FABRICAÇÃO DE MOLDES SOCIEDADE UNIPessoal LDA, com o NIPC 509 826 954, com sede na Rua 10 de Junho, n.º 12, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, dos seguintes elementos:

a) Projetos de especialidade aplicáveis, devidamente elaborados e instruídos nos termos do disposto no n.º 16 do Anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril;

b) Processo de obras de urbanização, nos termos do n.º 14 do Anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

2.- Celebração, com a Câmara Municipal, de contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas e prestação de caução adequada relativa à execução da totalidade das infraestruturas constantes do processo de obras de urbanização;

3.- A elaboração do processo de obras de urbanização referido na alínea b) do n.º 1 deve respeitar as seguintes premissas:

3.1.- Rede viária e acessibilidades

a) Verifica-se a existência de condicionantes relativas ao alinhamento da rua, no troço da rua do Rio Velho compreendido entre o limite da propriedade a nordeste e a rua da Machinha, pelo que será relevante a requerente efectuar uma consulta à DOT (Divisão de Ordenamento do Território) quanto ao enquadramento da presente proposta com o estudo de alinhamento da Rua do Rio Velho desenvolvido por estes serviços e que se junta em anexo à presente informação.

b) Para o alinhamento e alargamento do troço de estrada em referência é necessária a anuência dos proprietários confinantes para cedência de terrenos.

c) As áreas destinadas à implantação de infra-estruturas viárias, espaços verdes e de utilização colectiva devem cumprir os parâmetros de dimensionamento definidos na Portaria n.º 216-B/2008 de 3 de Março, sendo que os passeios deverão ter uma largura livre desimpedida de quaisquer obstáculos, superior a 1,50 m, nos termos do Anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto.

d) Deverá ser considerada a execução do troço de estrada da Rua do Rio Velho compreendido entre o limite da propriedade a nordeste e a Rua da Machinha, com um perfil transversal tipo de 3,25m +3,25m para a faixa de rodagem e bermas pavimentadas de 1,50m, sinalização horizontal e vertical.

3.2.- Rede de Abastecimento de Água:

Deverá ser prevista a execução de uma conduta abastecedora de água e respetivos ramais (ramal domiciliário e ramal para marco de incêndio) com um diâmetro mínimo de gomm, com ligação à conduta existente na rua da Machinha ou à Rua do Olheirão.

3.3.- Redes de Drenagem das Águas Residuais Domésticas e Águas Residuais Pluviais:

a) A drenagem de águas residuais domésticas deve prever uma solução de drenagem gravítica ou uma solução por sistemas elevatórios, para o colector público mais próximo.

b) O local não é servido por infra-estruturas públicas de drenagem de águas residuais pluviais. Deste modo, deverá o requerente proceder à apresentação da respectiva especialidade prevendo uma solução que possibilite a drenagem gravítica das águas para a linha de água mais próxima ou para as áreas permeáveis envolventes.

3.4.- Redes de iluminação pública e rede elétrica:

O requerente deverá apresentar projetos da especialidade que contemplem a rede elétrica e iluminação pública da zona em estudo.

Mais delibera informar que o deferimento do presente processo ficará condicionado ao deferimento e levantamento do alvará de obras do processo de obras de urbanização

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 822/15, DATADO DE 09/06/2015 – PC N.º 197/15, DATADO DE 09/06/2015 – NELSON RIBEIRO SIMÕES

473 - Presente requerimento registado em 2015/06/09, sob o n.º 882/15, referente ao processo n.º 197/15 a solicitar o licenciamento de obra de alteração e ampliação de muro existente no prédio sito na Rua Esquerda n.º 45, freguesia da Moita, concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano com 798,00 m2 descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.535, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 518, da freguesia de Moita, e no prédio misto com 24.094,00 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob n.º 292 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 288 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 162, ambos da freguesia de Moita, e cuja construção foi licenciada pela Câmara Municipal de Alcobaça, ao abrigo do processo camarário n.º 607/91, tendo sido emitido o alvará de licença de obras com o n.º 926/1993, datado de 1993/05/31, apresentado por NELSON RIBEIRO SIMÕES, com o NIF 134713605, residente na Rua da Portela n.º 6, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Do prédio misto com 24.094,00 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob n.º n.º 292, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 288 e na matriz rústica sob o artigo n.º 162, serão cedidos ao domínio público 15,00 m2 para execução no futuro de uma berma, passando o prédio a ter a área de 24.079,00 m2.

Presentes pareceres técnicos datados de 2015/06/30 e de 2015/07/06, que atestam encontrar-se o pedido em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final.

Após análise do processo n.º 197/15, registado em 2015/06/09, referente a pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação de muro existente no prédio sito na Rua Esquerda n.º 45, freguesia da Moita, concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano prédio urbano com 798,00 m2 descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.535, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 518, da freguesia de Moita, e no prédio misto com 24.094,00 m2, descrito na Conservatória do

Registo Predial de Alcobaça sob n.º 292 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 288 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 162, ambos da freguesia de Moita, cuja construção foi licenciada pela Câmara Municipal de Alcobaça, ao abrigo do processo camarário n.º 604/91, tendo sido emitido o alvará de licença de obras n.º 926/1993, datado de 1993/05/13, apresentado por NELSON RIBEIRO SIMÕES, com o NIF 134713605, residente na Rua da Portela n.º 6, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como dos pareceres técnicos datados de 2015/06/30 e de 2015/07/06, Câmara Municipal delibera nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, DEFERIR o mesmo. Em consequência do licenciamento, do prédio misto com 24.094,00 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob n.º 292 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 288 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 162, ambos da freguesia de Moita, serão cedidos ao domínio público 15,00 m2 para execução no futuro de uma berma ou passeio, passando o prédio a ter a área de 24.079,00 m2.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 4- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 340/15, DATADO DE 16/03/2015 – PC N.º 27/15, DATADO DE 27/01/2015 – MARIA ANÁLIA LEAL GOMES MARQUES, MARIA JUDITE LAMEIRO GOMES MARQUES E SUFRESA – GESTÃO IMOBILIÁRIA LDA

474 - Presentes requerimentos n.º 116/15 e n.º 340/15, registados em 2015/01/27 e 2015/03/16, respetivamente, constante do processo camarário n.º 27/15, referente ao procedimento especial de legalização previsto no artigo 102.º – A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de

setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE respeitante ao licenciamento de uma obra de construção de um edifício de habitação com três fogos e de obras de construção de edifícios anexos, sitos na Rua da Serraria n.º 25, lugar e freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, erigidos no prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 5.655 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.675, e ao pedido de certificação de que o edifício reúne os requisitos para ser sujeito ao regime de propriedade horizontal, apresentado por **MARIA ANÁLIA LEAL GOMES MARQUES**, com o NIF 149002610, residente na Rua da Ilha dos Amores, Lote 4.12 Edif. A 3º D.to, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, por **MARIA JUDITE LAMEIRO GOMES MARQUES**, com o NIF 139014012, residente na Rua Santa Catarina, 444, freguesia de Azoia, concelho de Leiria, e por **SUFRESA – GESTÃO IMOBILIÁRIA LDA**, com o NIPC 503752371 e sede na Rua da Serraria, n.º 27 freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico datado de 2015/05/07, que indica não serem os pedidos passíveis de decisão favorável por violarem normas legais e regulamentares aplicáveis.

Após análise dos pedidos formulados pelos requerimentos registados sob o n.º 116/15 e n.º 340/15, em 2015/01/16 e 2015/03/16, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 27/15, referente ao procedimento especial de legalização, previsto no artigo 102.º – A do do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE a solicitar licenciamento de construção de um edifício de habitação com três fogos e de construção de edifícios anexos, sitos na Rua da Serraria n.º 25, lugar e freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, erigidos no prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 5.655 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.675, e ao pedido de certificação de que o edifício reúne os requisitos para ser sujeito ao regime de propriedade horizontal, apresentado por MARIA ANÁLIA LEAL GOMES MARQUES, com o NIF 149002610, residente na Rua da Ilha dos Amores, Lote 4.12 Edif. A 3º D.to, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, por MARIA JUDITE LAMEIRO GOMES MARQUES, com o NIF 139014012, residente na Rua Santa Catarina, 444, freguesia de Azoia, concelho de Leiria, e por SUFRESA – GESTÃO IMOBILIÁRIA LDA, com o NIPC 503752371, com sede na Rua da Serraria, n.º 27 freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico de 2015/05/07, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR a requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro por:

1- A habitação no projeto designada pela letra “A”, situada no topo norte do prédio, correspondendo em termos de localização à habitação licenciada pelo processo camarário n.º 198/1945, alterada e ampliada pelo processo camarário n.º 110/1965, que agora é apresentada com um conjunto alargado de alterações que não observam as

disposições constantes no n.º 1 do artigo 66º e artigo 84º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de agosto de 1951 e posteriores alterações, nomeadamente por os quartos - compartimentos A.03 e A.04 - não assegurarem área mínima conforme descrito no n.º 1 do artigo 66º do RGEU e por a instalação sanitária equipada com lavatório, base de duche, bacia de retrete e bidé, não assegura o equipamento mínimo para *instalação sanitária fixado no artigo 84º do RGEU que refere que em cada habitação, as instalações saltarias serão quantitativamente proporcionais ao número de compartimentos e terão como mínimo, uma instalação com lavatório, banheira, bacia de retrete e um bidé.*

2- O anexo atribuído à habitação “A” configura uma habitação, que, por sua vez, não assegura o disposto nos artigos 84º n.º 2, 109º e 86º do RGEU por a cozinha não dispor de equipamento fixo - um lava louça, bem como de dispositivo eficiente para a evacuação de fumos e gases e eliminação de maus cheiros, e por comunicar diretamente com instalação sanitária.

3- A habitação no projeto designada pela letra “B” situada no centro do edifício, integrante da ampliação licenciada pelo PC n.º 110/1965, apresenta um conjunto alargado de alterações comparativamente ao projeto aprovado e não assegura o disposto n.º 1 alínea d) e n.º 2 do artigo 69º do artigo RGEU por o quarto B.03 apresentar área maior que 15 m2 e nele não se poder inscrever um círculo de diâmetro não inferior a 2,70 m e, ainda, por ambos os quartos apresentarem-se articulados em dois espaços não autónomos sendo a dimensão horizontal que define o seu contacto inferior a dois terços da dimensão menor do espaço maior, com o mínimo de 2,10 m.

4- A habitação com a letra “C”, situada no lado sul do edifício, apresenta compartimentos habitáveis – sala C.05, quartos C.02 e C.04 – com obstáculo à iluminação de um dos lados do eixo vertical da janela a distância inferior a 2 m, contrariando o disposto no artigo 73º do RGEU.

Por não ser assegurado o disposto do artigo 73º do RGEU para a sala – C.05, cumulativamente está prejudicada a observância do disposto no artigo 69º n.º 1 alínea d) e artigo 71º n.º 1 do RGEU, respetivamente:

Artigo 69.º (Redação do Decreto-Lei n.º 650/75, de 18 de Novembro)

1. As dimensões dos compartimentos das habitações referidas no n.º 1 do artigo 66.º obedecerão as exigências seguintes:

a)

b) ...

c)

d) Quando a respetiva área for maior ou igual a 15m2, o comprimento não poderá exceder o dobro da largura, ressalvando-se as situações em que nas duas paredes opostas mais afastadas se pratiquem vãos, sem prejuízo de que possa inscrever-se nessa área um círculo de diâmetro não inferior a 2,70m.

(...)

Artigo 71.º (Redação do Decreto-Lei n.º 650/75, de 18 de Novembro)

1. Os compartimentos das habitações referidos no n.º 1 do artigo 66º serão sempre iluminados e ventilados por um ou mais vãos praticados nas paredes, em comunicação direta com o exterior e cuja área total não será inferior a um décimo da área do compartimento com o mínimo de 1,08m2 medidos no tosco.

(...)

5- Não apresentar plano de acessibilidade demonstrativo da adequação do edifício às normas técnicas aplicáveis Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08.

6- Por não apresentar desenhos de sobreposição tomando por base o último projeto licenciado – PC n.º 1100/1965, nos termos do artigo 64.º alínea a) do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG.

Mais delibera:

1- O projeto não assegura o artigo 1360.º do Código Civil por o anexo da habitação “A” apresentar cobertura acessível limitada com prédio vizinho por murete com parapeito de altura inferior a metro e meio.

2- O pedido de certificação de que o edifício reúne as condições para ser sujeito ao Regime de Propriedade Horizontal não se apresenta apto para a realização da vistoria e consequente não se apresenta apto para a certificação pretendida por contrariar o disposto no n.º 3 do artigo 1418.º do Código Civil, com a redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 267/94, de 25 de outubro – Regime Jurídico da Propriedade Horizontal – RJPH, por:

- A discriminação das partes do edifício correspondente às várias frações e partes comuns, valor relativo de cada fração, expressa em percentagem, do valor total do prédio, não corresponde ao edifício licenciado (PC 1100/1965);

- O edifício tal como consta da descrição no pedido de certificação da propriedade horizontal não se encontra licenciado e, consequentemente, não reunir os requisitos necessários para se realizar a vistoria, que se destina, entre outros, à verificação da conformidade do edifício com o projeto licenciado e adequação do pedido ao Regime Jurídico da Propriedade Horizontal.

Consequentemente, a formulação dos dois pedidos em simultâneo prejudica a tramitação e é impeditivo à tomada de decisão sobre o pedido de licenciamento.

3- Embora seja feita a menção da anexação ao projeto do levantamento cartográfico de 1996, como elemento comprovativo da existência naquela data das construções que agora se propõe legalizar, o qual constituiria meio técnico de prova, para efeito do disposto no n.º 5 do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, o mencionado levantamento cartográfico de 1996 não consta no processo.

Assim sendo, não ficou demonstrado o ano em que o edifício licenciado foi alterado, para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro – dispensa do cumprimento de normas relativas à construção cujo cumprimento se tenha tornado impossível ou que não seja razoável exigir, desde que se verifique terem sido cumpridas as condições vigentes à data da realização da operação urbanística em questão.

4- Por efeito de prova da existência das construções, conforme descrito no n.º 5 do artigo 102.º-A do RJUE, foi considerado o ano de 2007, assente a planta de localização à

escala 1:2000, referente ao levantamento cartográfico produzido sob a informação de base da cartografia vetorial à escala 1:10000, produzida no ano de 2007, na qual consta um conjunto de edificações semelhante aos polígonos representados na planta de implantação do projeto.

5- Não é apresentado levantamento cartográfico demonstrativo da existência das construções há mais de 10 anos, para efeito de dispensa de apresentação dos elementos nos pedidos de legalização nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 831/15, DATADO DE 12/06/2015 – PC N.º 199/15, DATADO DE 12/06/2015 – JOSÉ DUARTE BAPTISTA VALENTE

475 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 831/15 de 12/06/2015, apresentado por **JOSÉ DUARTE BAPTISTA VALENTE**, com o NIF 158770439, residente em Estrada da Nazaré, n.º 45, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para os edifícios sitos em Estrada da Nazaré, n.º 45, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, licenciados no âmbito dos processos 685/97, 1385/97 e 454/98, todos do município de Alcobaça.

Presente parecer dos serviços, datado de 11/06/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Estrada da Nazaré, n.º 45, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade **JOSÉ DUARTE BAPTISTA VALENTE**, com o NIF 158770439, residente em Estrada da Nazaré, n.º 45, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Silva Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N. 783/15, DATADO DE 03/06/2015 – PC N.º 162/12, DATADO DE 06/06/2012
– CARLOS MANUEL GAMEIRO**

476 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 783/15 de 03/06/2015, apresentado por **CARLOS MANUEL GAMEIRO**, com o NIF 155724533, com morada em Travessa do Jornal, n.º 6, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização o edifício sito na Rua da Embra, n.º 65, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização de alterações a edifício de habitação e de construção de anexo, licenciadas no âmbito do processo n.º 162/12.

Presente parecer técnico datado 24/06/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Embra, n.º 65, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade **CARLOS MANUEL GAMEIRO**, com o NIPC 155724533, com morada em Travessa do Jornal, n.º 6, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Silva Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

13 - REQ. N. 757/15, DATADO DE 28/05/2015 – PC N.º 284/12, DATADO DE 26/09/2012
– HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA

477 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 757/15 de 28/05/2015, apresentado por **HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA**, com o NIF 198015763, com morada em Rua das Sorraipas, n.º 7, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização o edifício sito na Rua das Sorraipas, n.º 7, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras alteração e ampliação (legalização), licenciadas no âmbito do processo n.º 284/12.

Presente parecer técnico datado 26/06/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Sorraipas, n.º 7, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA, com o NIF 198015763, com morada em Rua das Sorraipas, n.º 7, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Silva Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 781/15, DATADO DE 03/06/2015 – PC N.º 211/2015, DATADO DE 03/06/2015 – FLÁVIO COELHO TEIXEIRA

478 - Presente requerimento registado sob o n.º 781/15, datado de 03/06/2015, em apreço, apresentado por **FLÁVIO COELHO TEIXEIRA**, com o NIF 205068529, residente em Rua do Valverde, n.º 83 R/C C, freguesia de Marrazes e concelho de Leiria, na qualidade de administrador de condomínio do edifício sito na Rua Granja de San Ildefonso, n.º 71, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar vistoria, face à alegada existência de várias anomalias nas partes comuns do edifício, cujas correções considera o requerente serem da responsabilidade da empresa responsável pela construção do edifício, atendendo ao disposto no artigo 1.225.º do Código Civil.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 11/06/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 25/06/2015, referente à vistoria realizada na mesma data, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, a Câmara delibera, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, determinar a notificação ao administrador de condomínio e à empresa construtora do edifício, a sociedade Leirineves – Investimentos Imobiliários, Lda., para, no prazo de 90 dias, promoverem a execução das obras necessárias a sanar as anomalias detetadas e descritas no referido auto de vistoria, designadamente:

- 1 – Verificação e reparação da rede de drenagem de águas residuais domésticas do edifício, por forma a eliminar infiltrações detetadas ao nível da parede da garagem da fração correspondente ao rés-do-chão “A”;**
- 2 – Verificação e eventual reparação da junta de dilatação existente na fachada lateral esquerda do edifício, confinante com o prédio adjacente, por forma a eliminar as infiltrações detetadas no compartimento do quarto da fração mencionada no ponto 1;**
- 3 – Colocação de sistema adequado de proteção das entradas dos tubos de queda de escoamento das águas pluviais das zonas adjacentes aos terraços localizados no último piso do edifício, por forma a prevenir eventuais entupimentos dos mesmos.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1422/14, DATADO DE 25/09/2014 – PC N.º 53/12, DATADO DE 27/02/2012 – ADELINO RIBEIRO MARGARIDO

479 - Presente processo de licenciamento n.º 53/12, datado de 27/02/2012, relativo a legalização de alterações e ampliação de edifício para a instalação de serviços de creche e

ATL, a levar a efeito num edifício existente na estrada de Leiria, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **ADELINO RIBEIRO MARGARIDO**, portador do NIF 112782884, residente na Rua da Agroeira, n.º 12, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande aprovado em reunião de Câmara de 31/10/2012, para o qual foi emitido o alvará de obras n.º 60/13, datado de 26 de setembro 2013.

Presente informação técnica datada de 3 de julho de 2015;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e considerando que:

- 1- O interessado, **ADELINO RIBEIRO MARGARIDO**, portador do NIF 112782884, residente na Rua da Agroeira, n.º 12, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de **legalização de alterações e ampliação de edifício** para a **instalação de serviços de creche e ATL**, a levar a efeito num edifício existente na Estrada de Leiria, freguesia e concelho da Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 31/10/2012, através do ofício n.º 958, de 05/11/2012, rececionado em 12/11/2012;
- 2- A 02/04/2013 foi solicitada a emissão do alvará de licença de obras, o qual foi emitido, com o n.º 60/13, a 26/09/2013;
- 3- O prazo para conclusão das obras apresenta o seu termo a 25 de setembro de 2014;
- 4- A 25 de setembro de 2014, o requerente solicitou a prorrogação do prazo para a conclusão da obra, por mais seis meses, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 58 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o que lhe foi aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 30/09/2014;
- 5- Até à presente data não foi levantado o alvará com o averbamento da prorrogação nem pagas as guias respetivas;
- 6- Com a prorrogação aprovada, as obras tituladas pelo alvará de obras de construção n.º 60/13, poder-se-iam ter executado até 25 de março de 2015;
- 7- De acordo com a informação técnica datada de 3 de junho de 2015, as obras não se encontram concluídas;
- 8- A não conclusão das obras no prazo constante do respetivo alvará implica a caducidade da licença, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

DELIBERA NOTIFICAR o requerente, ADELINO RIBEIRO MARGARIDO, portador do NIF 112782884, residente na Rua da Agroeira, n.º 12, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do CPA e n.º 5 do artigo 71º do RJUE, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 53/12, para legalização de alterações e ampliação de edifício para a instalação de serviços de creche e ATL, a levar a efeito num edifício existente na Estrada de Leiria, freguesia e concelho da Marinha

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Grande, aprovado em reunião de Câmara de 31/10/2012 a que corresponde o alvará de obras de construção n.º 60/13, emitido em 26 de setembro de 2013, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por não ter concluído as obras no prazo fixado na licença e constante no respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 220/11, DATADO DE 31/01/2011 – PC N.º 33/11, DATADO DE 31/01/2011 – FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA E MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS CLEMENTE

480 - Presente processo n.º 33/11, datado de 2011/01/31, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração de edifício de habitação existente, com alteração de uso de habitação para habitação e comércio, sito na Rua Machado Santos n.º 16 e n.º 18, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.317 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.027, apresentado por FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA, com o NIF 194089967, e por MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS CLEMENTE, com o NIF 187698163, ambos com domicílio profissional no Largo do Albuquerque, n.º 17, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária datada de 2011/03/10.

Presente deliberação camarária datada de 2015/04/02, pela qual foi concedido aos requerentes, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 10 dias para se pronunciarem sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da referida operação urbanística.

Presente parecer técnico datado de 2015/06/25, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerentes, sem que estes tenham apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2015/06/25, e tendo verificado que depois de regularmente notificados em sede de audiência prévia, os requerentes nada alegaram em relação à referida intenção, e considerando que:

- Os interessados, FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA, com o NIF 194089967, e MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS CLEMENTE, com o NIF 187698163, ambos com domicílio profissional no Largo do Albuquerque, n.º 17, freguesia e concelho de Marinha Grande, foram notificados da deliberação de aprovação do projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração de edifício de habitação existente, com alteração de uso de habitação para habitação e comércio, localizado na Rua Machado

Santos n.º 16 e n.º 18, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.317 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.027, tomada na reunião de 2011/03/10, através do ofício n.º 167/11, de 2011/03/11, rececionado em 2011/03/22;

- Sobre a data da notificação desta deliberação os interessados tinham o prazo de seis meses para apresentarem projetos das especialidades, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ou seja, até 2011/09/23, e que não o fizeram;

- A falta de apresentação dos projetos das especialidades no prazo estabelecido no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE, implicou suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, nos termos do n.º 6 do mencionado artigo, ou seja, até 2012/03/23;

- Os requerentes foram regularmente notificados da intenção de ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, através dos nossos ofícios n.º 305/15 e n.º 306/15, datados de 2015/04/07, rececionados em 2015/04/10, tendo-lhes sido concedido um prazo de 10 dias úteis para, em sede de audiência prévia, apresentarem as alegações que entendessem pertinentes, ou seja, até, 2015/04/24, e que não o fizeram;

- Na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para declaração da caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DECLARAR A CADUCIDADE do ato que aprovou o projeto de arquitetura, ocorrido por deliberação camarária tomada na reunião de 2011/03/10, relativo ao pedido de licenciamento de obra de alteração de edifício de habitação existente, com alteração de uso de habitação para habitação e comércio, incidente sobre o edifício sito na Rua Machado Santos n.º 16 e n.º 18, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.317 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.027, apresentado por FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA, com o NIF 194089967, e por MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS CLEMENTE, com o NIF 187698163, ambos com domicílio profissional no Largo do Albuquerque, n.º 17, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorrido os prazos previstos nos n.º 4 e n.º 6 do artigo 20.º do mencionado regime jurídico, sem que os requerentes apresentassem os respetivos projetos das especialidades.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1504/14, DATADO DE 09/10/2014 – PC N.º 859/04, DATADO DE 07/02/2004 – RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA

481 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “**Construção de edifício habitacional e comercial**”, a que foi atribuído o número de processo 859/04, a erigir em prédio urbano sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11.466 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.769 da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por **RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA**, com o NIF 105948160, residente na Urbanização Quinta do Promotor, n.º 7, Cozelhas, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2014/01/19.

Presente deliberação camarária datada de 2015/05/13, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da referida operação urbanística.

Presente parecer técnico datado de 2015/07/02, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2015/07/02, e tendo verificado que depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, o requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que o interessado **RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA**, com o NIF 105948160, residente na Urbanização Quinta do Promotor, n.º 7, Cozelhas, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, solicitou, em 2004/12/07, o licenciamento da obra de “**Construção de edifício habitacional e comercial**”, a que foi atribuído o número de processo 859/04, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4040 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 7153, da referida freguesia de Marinha Grande;
2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2014/01/19, comunicado através do ofício n.º 22/14, de 2014/01/10, rececionado em 2014/01/14;
3. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, o interessado tinha o prazo de seis meses para apresentar os projetos das especialidades, ou seja, até 2014/07/15 (n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da urbanização e da Edificação – RJUE);
4. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais três meses, por despacho do Sr. Presidente datado de 2014/06/16, nos termos do n.º 5 do artigo 20.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 660/14, de 2014/06/18, rececionado em 2014/06/23, ou seja, até 2014/10/15;
5. Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 4, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2015/04/15 - n.º 6 do citado art. 20.º do RJUE;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

6. Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;

7. Considerando que o requerente foi regularmente notificado da intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou a arquitetura através do nosso ofício n.º 444/15, datado de 19/05/2015, rececionado em 21/05/2015, tendo-lhe sido concedido um prazo de 15 dias para, em sede de saneamento liminar, apresentar as alegações que entendesse pertinentes, ou seja, até 12/06/2015;

8. Considerando que esse prazo decorreu sem que o interessado tivesse apresentado quaisquer alegações;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de edifício habitacional e comercial*”, a que foi atribuído o número de processo 859/04, a erigir em prédio urbano sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11.466 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.769 da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA, com o NIF 105948160, residente na Urbanização Quinta do Promotor, n.º 7, Cozelhas, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que o requerente apresentasse os respetivos projetos das especialidades.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 884/11, DATADO DE 28/04/2011 – PC N.º 69/09, DATADO DE 14/04/2009 – IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO

482 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “Legalização da alteração/ampliação” de edificação existente, nomeadamente a legalização de alterações interiores e exteriores da edificação principal, a legalização da construção de anexos de apoio a esta e a legalização da construção de muros de vedação, levadas a efeito num prédio urbano sito na Rua do Cartaxo, lugar de Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.312 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8.612, a que foi atribuído o número de processo 69/09, registado em 2009/04/14, apresentado por **IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO**, com o NIF 119197480, com residência no Largo do Mercado Velho, n.º 4 – R/C, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2015/04/30, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do

Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2015/06/23, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2015/06/23, e tendo verificado que depois de regularmente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que a interessada, IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO, com o NIF 119197480, com residência no Largo do Mercado Velho, n.º 4 – R/C, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de *"Legalização da alteração/ampliação"* de edificação existente, nomeadamente a legalização de alterações interiores e exteriores da edificação principal, a legalização da construção de anexos de apoio a esta e a legalização da construção de muros de vedação, levadas a efeito num prédio urbano sito no Rua do Cartaxo, lugar de Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.312 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8.612, a que foi atribuído o número de processo 69/09, tomada em reunião camarária de 2012/10/04, comunicada através do ofício n.º 880/12, de 2012/10/08, rececionado em 2012/10/11;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2013/10/12 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro);
3. Considerando que a interessada apresentou a coberto do requerimento n.º 2083/12, de 2012/12/20, o pedido de emissão do alvará de obras de construção, tendo sido notificada a completar devidamente o mesmo, através dos ofícios números 85/13, datado de 2013/01/24 e 272/13, datado de 2013/03/19, tendo o referido pedido de emissão do alvará sido indeferido por Despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 2015/03/25, comunicado através do ofício n.º 297/15, de 2015/04/06, rececionado em 2015/04/08, por falta de apresentação de todos os elementos instrutórios previstos no n.º 1 do n.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de março;
4. Considerando decorrido o prazo referido no ponto 2 para a interessada solicitar a emissão do alvará de construção, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
5. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

Edificação, a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 2012/10/04, referente ao processo n.º 69/09, para a realização da obra de "*Legalização da alteração/ampliação*" de edificação existente, nomeadamente a legalização de alterações interiores e exteriores da edificação principal, a legalização da construção de anexos de apoio a esta e a legalização da construção de muros de vedação, levadas a efeito num prédio urbano sito no Rua do Cartaxo, lugar de Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.312 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8612, apresentado por IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO, com o NIF 119197480, com residência no Largo do Mercado Velho, n.º 4 – R/C, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, notificada através do ofício n.º 880/12, de 2012/10/08, rececionado em 2012/10/11, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 2716/10, DATADO DE 26/11/2010 – PC N.º 370/08, DATADO DE 27/11/2008 – CHRISTOPHE VINDEIRINHO

483 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Alteração e remodelação de centro comercial*", a que foi atribuído o número de processo 370/08, localizado no piso de cave de um edifício de habitação e comércio existente, sito na Rua Diogo Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4894 (frações "A", "AB", "AC", "AD", "AE", "AF", "AG", "AH", "AI", "AJ", "AK", "AL", "AM", "AN" e "AO"), apresentado por **CHRISTOPHE VINDEIRINHO**, com o NIF 221177752, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Dt.º, freguesia e concelho de Leiria, deferido por deliberação camarária datada de 2010/12/09.

Presente deliberação camarária datada de 2015/03/05, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2015/07/03, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/07/03, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, CHRISTOPHE VINDEIRINHO, com o NIF 221177752, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Dt.º, freguesia e concelho de Leiria, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Alteração e remodelação de centro comercial*", a que foi atribuído o número de

processo 370/08, localizado no piso de cave de um edifício de habitação e comércio existente, sito na Rua Diogo Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4894 (frações “A”; “AB”, “AC”, “AD”, “AE”, “AF”, “AG”, “AH”, “AI”, “AJ”, “AK”, “AL”, “AM”, “AN” e “AO”), tomada em reunião camarária de 2010/12/09, comunicada através do ofício n.º 1389/10, de 2010/12/13, rececionado em 2013/10/25;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2014/10/26 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;

3. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

4. Considerando que o requerente foi regularmente notificado da intenção de declarar a caducidade da licença através do ofício n.º 214/15, datado de 11/03/2015, rececionado em 20/05/2015, tendo-lhe sido concedido um prazo de 15 dias para, em sede de audiência prévia, apresentar as alegações que entendesse pertinentes, ou seja, até 11/06/2015;

5. Considerando que esse prazo decorreu sem que o interessado tivesse apresentado quaisquer alegações;

6. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 2010/12/09, referente ao processo n.º 370/08, para a realização da obra de *“Alteração e remodelação de centro comercial”*, a que foi atribuído o número de processo 370/08, localizado no piso de cave de um edifício de habitação e comércio existente, sito na Rua Diogo Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4894 (frações “A”, “AB”, “AC”, “AD”, “AE”, “AF”, “AG”, “AH”, “AI”, “AJ”, “AK”, “AL”, “AM”, “AN” e “AO”), apresentado por CHRISTOPHE VINDEIRINHO, com o NIF 221177752, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Dt.º, freguesia e concelho de Leiria, deferido por deliberação camarária datada de 2010/12/09, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que o requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 248/13, DATADO DE 21/02/2013 – PC N.º 370/05, DATADO DE 25/05/2005
– PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA

484 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Alteração e ampliação de um edifício de comércio e serviços*", a que foi atribuído o número de processo 370/05, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de Leiria – EN 242, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.749 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.099, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 186693176, com residência na Rua da Indústria, n.º 7, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2015/05/13, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2015/07/03, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2015/07/03, e tendo verificado que depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, o requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que o interessado, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 186693176, com residência na Rua da Indústria, n.º 7, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Alteração e ampliação de um edifício de comércio e serviços*", a que foi atribuído o número de processo 370/05, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de Leiria – EN 242, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.749 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.099, da freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2013/03/07, comunicada através do ofício n.º 242/13, de 2013/03/11, rececionado em 2013/03/12;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2014/03/13 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;

3. Considerando que o prazo conferido foi duplicado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto, terminando em 2015/03/13 o prazo para a requerente solicitar o respetivo alvará;

4. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

5. Considerando que o requerente foi regularmente notificado da intenção de declarar a caducidade da licença através do ofício n.º 435/15, datado de 15/05/2015, rececionado em 19/05/2015, tendo-lhe sido concedido um prazo de 15 dias para, em sede de audiência prévia, apresentar as alegações que entendesse pertinentes, ou seja, até 10/06/2015;

6. Considerando que esse prazo decorreu sem que o interessado tivesse apresentado quaisquer alegações;

7. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 2013/03/07, referente ao processo n.º 370/05, para a realização da obra de *“Alteração e ampliação de um edifício de comércio e serviços”*, incidente sobre um prédio incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de Leiria – EN 242, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.749 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.099, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 186693176, com residência na Rua da Indústria, n.º 7, freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que o requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - E/4494/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL

485 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/4494/2015, datado de 27/05/2015, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 7,00 metros de betuminoso e 8,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua Principal, de Leiria, n.º 48**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 18/06/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 7,50 metros de betuminoso, 4,00 metros de calçada e 2,00 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo 7,00 metros de betuminoso e 8,00 metros de

calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Principal, de Leiria, n.º 48, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - E/4925/2015 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA

486 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/4925/2015, datado de 09/06/2015, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, para abertura de vala numa extensão de 19,00 metros de calçada e travessia da faixa de rodagem, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Travessa das Fontes, Praia da Vieira**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 16/06/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 19,00 metros de calçada e travessia da faixa de rodagem, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, a levar a cabo em **Travessa das Fontes, Praia da Vieira**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.
- d) Deverão promover a suspensão dos trabalhos entre os dias 1 de julho e 31 de agosto, promovendo a desobstrução da via pública, em cumprimento ao disposto no artigo 94.º do RMEUMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - E/5033/2015 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA

487 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/5033/2015, datado de 12/06/2015, apresentado por EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A., com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 40,00 metros de calçada para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo em Rua Jornal da Marinha Grande, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 18/06/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 40,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A., com o NIPC 504394029, a levar a cabo em Rua Jornal da Marinha Grande, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

488 - A Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização dos festejos anuais nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2015.

O Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença de publicidade no âmbito da festa anual nos dias 31 de julho, 1 e 2 de agosto de 2015.

A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença para a utilização de espaço público para realização de feira de artesanato no âmbito da festa anual em honra da N.Srª dos Milagres a realizar nos dias 31 de julho de 2015, 01 e 02 de agosto de 2015.

A Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização da Festejos anuais a realizar nos dias 24, 25 e 26 de julho de 2015;
-Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
-Publicidade alusiva ao evento.

A Associação Amigos do Comboio de Lata, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização da Concerto de lançamento do novo CD dos Country Playground a realizar no 10 de julho de 2015.

Presentes informações nºs 49/AF, 50/AF, 51/AF, 52/AF e 53/AF de 06 de julho de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, o Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria, a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, a Associação Amigos do Comboio de Lata, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das licenças de instalação e funcionamento de recintos improvisados, ocupação de espaço público e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

489 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...) *Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).*”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação

cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos

em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “LEITURA DE CONTADORES PARA O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2015”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

490 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do

mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 17277/2015 e informação 1/837/2015, da Divisão de Administração e Modernização, onde se manifesta a necessidade da contratação da aquisição de serviços de *“Leitura de contadores para o período de agosto a dezembro de 2015”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 06/07/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da aquisição de serviços de *“Leitura de contadores para o período de agosto a dezembro de 2015”*, na classificação orgânica/económica 06/02022508, na ação do PAM 2015/A/125, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pela área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 4.960,18 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para aquisição de serviços de *“Leitura de contadores para o período de agosto a dezembro de 2015”*, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais, conforme documentação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da aquisição de serviços de *“Leitura de contadores para o período de agosto a dezembro de 2015”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “ALUGUER DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, PELO PERÍODO DE 36 MESES”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

491 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;

- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 15988/2015 e informação CS/016/2015, da Área de Aprovisionamento, onde se manifesta a necessidade da contratação da aquisição de serviços de *“Aluguer de Plataforma Eletrónica de Compras Públicas, pelo período de 36 meses”*, com início a 28 de julho de 2015, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 21256 foi submetido a 06/07/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa CONSTRULINK - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A., NIPC 505 091 577 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015, 2016 e 2017 para a contratação da aquisição de serviços de *“Aluguer de Plataforma Eletrónica de Compras Públicas, pelo período de 36 meses”*, com início a 28 de julho de 2015, na classificação orgânica/económica 0103/02022502, na ação do PAM 2015/A/32, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pela área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 20.000 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da aquisição de serviços de *“Aluguer de Plataforma Eletrónica de Compras Públicas, pelo período de 36 meses”*, com início a 28 de julho de 2015.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 21256 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS

492 - Presentes deliberações de Câmara n.º 264 de 16 de abril de 2015 e n.º 318 de 30 de abril de 2015, nas quais a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, notificar as entidades abaixo identificadas da intenção de exclusão das suas candidaturas, por as mesmas terem uma pontuação abaixo dos 25 pontos ou por não apresentarem os documentos necessários à instrução das mesmas, concedendo-lhes um prazo de 10 dias úteis para se pronunciarem:

a) PONTUAÇÃO ABAIXO DOS 25 PONTOS

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/8039/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO SIM	23
E/8041/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE S. MARTINHO	23
E/8043/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE ARRAIAL	23
E/8045/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES PONTUAIS 2015	20,3
E/8050/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES ANUAIS 2015	22,3
E/8133/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL	19
E/8138/2014	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PATAIAS	FESTA EM HONRA DE S. SILVESTRE NA MOITA	20,3
E/2532/2015	CULTURA	SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA	COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL	21
E/1718/2015	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA MARINHA GRANDE - PICASSINOS	FESTEOS EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO NA IGREJA DE PICASSINOS	19,7

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA E RECREATIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/6319/2014	DESPORTO	GD CASA ÁGUIA COMPETIÇÃO	APOIO À PARTICIPAÇÃO EM PROVAS NACIONAIS	19,3
E/7714/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	2º PASSEIO TODO-O-TERRENO	20,3
E/7720/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	MOTOCROSS	21,7
E/7855/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	ATIVIDADE DA EQUIPA DE PESCA DESPORTIVA	19,3
E/7857/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	CONCENTRAÇÃO DE MOTOS ANTIGAS	18
E/8060/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	2º RALLYE VIDREIRO HISTÓRICO	23,3
E/8063/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	15º ENCONTRO DE CLÁSSICOS E DESPORTIVOS	22,7
E/8070/2014	DESPORTO	C M MOTABOUT	MOTO RALLY TURISTICO	24
E/2467/2015	DESPORTO	CD GARCIA	XII TORNEIO DE FUTEBOL INFANTIL 25 DE ABRIL	23,7

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/8032/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	ALUGUER DE AUTOCARRO	17
E/8036/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	FREQUÊNCIA DE PISCINA DE CRIANÇAS DO PRE-ESCOLAR	16,3
E/8033/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	PINTURA DAS INSTALAÇÕES DA CRECHE	24,3
E/8065/2014	SOCIAL	PROJETOS DE VIDA - COOPERATIVA	PLANO DE ATIVIDADES 2015	23,3

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
		SOCIAL, CULTURAL, LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE		
E/8113/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	COMEMOR. DO ANIVERSÁRIO DA ASURPI	21,3
E/8120/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VISITA A UMA ALDEIA TÍPICA	15,7
E/8122/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VIAGEM A CIDADE GEMINADA	21,3
E/8125/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	COMEMORAÇÕES DIA DA MULHER E DIA DO PAI	19
E/8126/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTEJOS DO S. MARTINHO	17,3
INFRAESTRUTURAS				
E/8118/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	OBRAS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO	24,3

b) NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DA CANDIDATURA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
E/9475/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	CONCURSO PESCA DESPORTIVA DE MAR	25,3
E/9477/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	II TORNEIO DE FUTSAL INTERCOLETIVIDADES	19,3

As entidades abaixo identificadas recorreram da intenção de exclusão:

- Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos;
- Projetos de Vida – Cooperativa Social, Cultural, Lúdica Sénior da Marinha Grande;
- G. D. Casa Águia Competição

As reclamações foram analisadas pela comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada através dos Despachos do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 61/2015, datado de dez de fevereiro de 2015, e n.º 94/2015, datado de 5 de março de 2015, tendo concluído, tal como está expresso nos relatórios em anexo, que não foi apresentada matéria que justifique, sustente ou fundamente a alteração da pontuação inicialmente atribuída a cada uma delas, propondo manter a intenção de exclusão das candidaturas.

Não foram recebidas reclamações das restantes entidades.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou os relatórios e delibera, ao abrigo e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, excluir as candidaturas baixo indicadas, pelos motivos apresentados:

a) PONTUAÇÃO ABAIXO DOS 25 PONTOS

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/8039/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO SIM	23
E/8041/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE S. MARTINHO	23
E/8043/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE ARRAIAL	23
E/8045/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES PONTUAIS 2015	20,3
E/8050/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES ANUAIS 2015	22,3
E/8133/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL	19
E/8138/2014	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PATAIAS	FESTA EM HONRA DE S. SILVESTRE NA MOITA	20,3
E/2532/2015	CULTURA	SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA	COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL	21
E/1718/2015	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA MARINHA GRANDE - PICASSINOS	FESTEOS EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO NA IGREJA DE PICASSINOS	19,7

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA E RECREATIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/6319/2014	DESORTO	GD CASA ÁGUIA COMPETIÇÃO	APOIO À PARTICIPAÇÃO EM PROVAS NACIONAIS	19,3
E/7714/2014	DESORTO	ASCD CASAL GALEGO	2º PASSEIO TODO-O-TERRENO	20,3
E/7720/2014	DESORTO	ASCD CASAL GALEGO	MOTOCROSS	21,7
E/7855/2014	DESORTO	CASA DO BENFICA	ATIVIDADE DA EQUIPA DE PESCA DESPORTIVA	19,3
E/7857/2014	DESORTO	CASA DO BENFICA	CONCENTRAÇÃO DE MOTOS ANTIGAS	18
E/8060/2014	DESORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	2º RALLYE VIDREIRO HISTÓRICO	23,3
E/8063/2014	DESORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	15º ENCONTRO DE CLÁSSICOS E DESPORTIVOS	22,7
E/8070/2014	DESORTO	C M MOTABOUT	MOTO RALLY TURISTICO	24
E/2467/2015	DESORTO	CD GARCIA	XII TORNEIO DE FUTEBOL INFANTIL 25 DE ABRIL	23,7

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/8032/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	ALUGUER DE AUTOCARRO	17
E/8036/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	FREQÜÊNCIA DE PISCINA DE CRIANÇAS DO PRE-ESCOLAR	16,3
E/8033/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	PINTURA DAS INSTALAÇÕES DA CRECHE	24,3
E/8065/2014	SOCIAL	PROJETOS DE VIDA - COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL, LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE	PLANO DE ATIVIDADES 2015	23,3
E/8113/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS	COMEMOR. DO ANIVERSÁRIO	21,3

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
		REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	DA ASURPI	
E/8120/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VISITA A UMA ALDEIA TÍPICA	15,7
E/8122/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VIAGEM A CIDADE GEMINADA	21,3
E/8125/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	COMEMORAÇÕES DIA DA MULHER E DIA DO PAI	19
E/8126/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTEJOS DO S. MARTINHO	17,3
INFRAESTRUTURAS				
E/8118/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	OBRAS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO	24,3

b) NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DA CANDIDATURA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
E/9475/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	CONCURSO PESCA DESPORTIVA DE MAR	25,3
E/9477/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	II TORNEIO DE FUTSAL INTERCOLETIVIDADES	19,3

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS

Assunto retirado da ordem do dia, por proposta do Sr. Vereador Vítor Pereira, para que os apoios sejam votados na sua globalidade logo que todas as coletividades tenham entregue todos os documentos.

30 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE SETEMBRO E OUTUBRO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.

493 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Pretende-se continuar a dar oportunidade de apresentação nesta sala, a projetos locais nas diversas áreas artísticas, pois entendemos que só esse equilíbrio entre uns e outros permitirá criar o elo de ligação dos marinhenses à sua sala. Procuraremos igualmente trazer outros projetos já consagrados que por isso mesmo merecem ter o devido destaque nesta Casa que se pretende abarque um vasto leque de opções artísticas. Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que: A Inf. 48/2015 de 2 de junho que apresenta proposta de programação para setembro e outubro de 2015 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho do Sr. Vereador da Cultura, Dr. Vítor Pereira datado de 4 de junho;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º que refere que: *“...o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€.”*;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de setembro e outubro de 2015 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

SETEMBRO	EVENTO/ÁREA ARTÍSTICA	ARTISTA/COMPANHIA	CUSTOS	VALOR BILHETE C/ IVA INCLUÍDO À TAXA LEGAL EM VIGOR
12	MÚSICA	X-WIFE	3500€+IVA	8€
19	MÚSICA	THE BLACK MAMBA	3800€+IVA	8€
26	TEATRO	“VIEMOS TODOS DE OUTRO LADO” O NARIZ	1000€ s/IVA	8€
OUTUBRO				
10	TEATRO	“ONE MAN ALONE” TEATRO DIDASCÁLIA	1000€ s/IVA	8€
17	MÚSICA	DEAD COMBO	4750€+IVA	12,50€
24	TEATRO	“A HISTÓRIA DO TIGRE” FILIPE CRAWFORD	1000€ s/IVA	8€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de setembro e outubro de 2015 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DA MARINHA GRANDE A 11 DE DEZEMBRO - REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL

494 - Presente pedido da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande com o n.º de registo E/3040 de 8 de abril, em que é solicitada à Câmara Municipal a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens em data a definir em dezembro, para realização da Festa de Natal daquela instituição (em anexo).

Presente igualmente a Informação Técnica com o n.º 55/2015 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo) e à programação prevista.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”.

No caso em apreço verifica-se o interesse cultural e cívico na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins cívicos e de cidadania com os quais a autarquia se identifica: a participação dos utentes da APPACDM na Festa de Natal com momentos de interpretação teatral, dança e música mostra a preocupação da instituição com a inclusão destes cidadãos especiais e é naturalmente relevante que estes sejam também conhecidos e valorizados pela sociedade marinhense.

Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, prevê a possibilidade de apoios ou benefícios pontuais desde que a entidade beneficiária preencha os requisitos previstos no seu artigo 5.º n.º 2, o que acontece.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e considerando que:

- 1) A cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º não havendo motivos que justifiquem o seu indeferimento;
- 2) Ao abrigo do artigo 14.º n.º 3 alínea c) e n.º 5 alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande as pessoas coletivas de solidariedade social estão isentas do pagamento de taxas desde que apresentem documento comprovativo da isenção de IRC (situação que se verifica no caso em apreço);
- 3) O apoio pontual de atividades está previsto no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, estimando-se este apoio pontual em cerca de 465€.

Delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande no dia 11 de dezembro de 2015, para realização da FESTA DE NATAL, nas seguintes condições:

- A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;
- A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens;

Mais delibera isentar a referida Associação do pagamento de taxas municipais, de acordo com o artigo 14.º n.º 3 alínea c) e n.º 5 alínea b), do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - OFERTA DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL.

495 - Presente e-mail com registo de entrada E/550, de 19.01.2015, apresentado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A., através do qual informa que “(...) *tem neste momento disponível para oferta um lote com cerca de 100 títulos.*” e “(...) *Tal como aconteceu em anos anteriores, esta oferta será ao abrigo da Lei do Mecenato, sendo posteriormente necessário o envio de declaração.*”

Presente despacho favorável à aceitação da oferta emitido pelo Sr. Vereador Vítor Pereira, datado de 21.01.2015;

Presente Guia de Oferta n.º 84037397 com os títulos dos livros oferecidos e respetivo valor, tendo vindo a verificar-se que a oferta era constituída por um total de 102 títulos, e não de 100 como é referido pela entidade, com um total de 847,19 euros.

Presente Informação Interna n.º 1/860/2015, de 25.06.2015, apresentada por Rosa Vaz, Técnica Superior da Área das Bibliotecas, onde é referido que os livros estão em bom estado de conservação (novos), sendo alguns com interesse para a Biblioteca Municipal, outros, porém, sem grande relevância para o perfil dos nossos leitores, como, por exemplo, números avulso de revistas, agendas ou atas de colóquios. Contudo, considera que a oferta, no seu conjunto, vai contribuir para o enriquecimento do acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal.

Ainda na mesma Informação é proposto que o assunto seja colocado à consideração da Câmara Municipal e que esta delibere aceitar a oferta, no uso da competência prevista no art.º 33.º, n.º 1, alínea j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por reconhecer que irá contribuir para o enriquecimento do acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal. Por consequência, é proposto, ainda, que a Câmara Municipal delibere aceitar a oferta a título de donativo, nos termos do art.º 62º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, enquadrado no Estatuto do Mecenato e emitir documento comprovativo, de acordo com o art.º 66.º do mesmo documento legal, na qualidade de entidade beneficiária, cuja minuta se anexa, e que deverá ser assinada pelo Sr. Presidente.

A Câmara Municipal analisou a documentação e concordando com os fundamentos nela contidos, delibera, no uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aceitar a oferta, devendo os livros passar a integrar o acervo documental da Biblioteca Municipal.

Delibera, ainda, aceitar a oferta a título de donativo, nos termos do art.º 62º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, enquadrado no Estatuto do Mecenato e emitir documento comprovativo, de acordo com o art.º 66.º do mesmo documento legal, na qualidade de entidade beneficiária, cuja minuta se anexa, e que deverá ser assinada pelo Sr. Presidente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - FONOTECA VIEIRA DE LEIRIA – CESSAÇÃO DE PROTOCOLO.

496 - Considerando o Protocolo celebrado a 02 de setembro de 2010 entre o Município da Marinha Grande, na qualidade de primeiro outorgante, e a Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria (BIP), na qualidade de 2º outorgante (cf. deliberação n.º 690, de 12.08.2010, ata n.º 21), em vigor até 01 de setembro de 2015, e que *“(...) define as regras de entendimento estabelecidas entre o Município e a Biblioteca para a reactivação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal da Vieira de Leiria.”* (cf. cláusula n.º 1);

Considerando que, nos termos do Protocolo, e de acordo com o fixado na alínea d), da cláusula 6.^a, *“A Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria beneficiará de um apoio financeiro do Município da Marinha Grande, para apoio nas despesas mencionadas nas alíneas c), f) e g) da cláusula 5.^a.”;*

Considerando que da cláusula 8.^a fazem parte um conjunto de alíneas que constituem *“Obrigações da Biblioteca”,* (entenda-se, Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria), das quais salientamos a alínea q), através da qual fica a BIP obrigada a *“Aplicar todo e qualquer apoio financeiro destinado à Fonoteca Municipal de Vieira de Leiria exclusivamente neste projeto, dando conta à Autarquia da aplicação de tais verbas através da entrega de relatórios de atividades e demais documentação de suporte, bem como comprovativos de todas as despesas efetuadas.”;*

Considerando que, através da cláusula 10.^a, fica a BIP ainda obrigada a *“(…) apresentar, 10 dias após o final de cada semestre de funcionamento:*

1. Relatório de atividades realizadas no semestre, onde conste:

- a) Acções de manutenção dos equipamentos e respetivo custo;*
- b) N.º de títulos renovados e respetivo custo;*
- c) Descrição de recursos humanos afetos e respetivo custo;*
- d) Descrição das atividades promovidas pela Fonoteca Municipal, data, n.º de participantes; fotografias/recortes de Imprensa;*
- e) N.º de utilizadores da fonoteca, por idades e tipo de acções/tipo de utilização efetuadas*

2. Plano de atividades do semestre seguinte, onde conste o plano de atividades a desenvolver e respetivo orçamento.”;

Considerando o incumprimento do Protocolo por parte da Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria, verificado desde o 2º semestre de 2013 até à presente data, e em face da ausência de documentação que fundamentasse a atribuição do apoio financeiro devido pelo Município da Marinha Grande, foi a entidade notificada, pelo ofício com registo de saída S/1102, de 07.04.2015, a apresentar no prazo de dez dias úteis, *“(…) os documentos válidos de despesa comprovativos da aplicação de 674,00 euros, sob pena de terem de vir a ser devolvidos.”*, bem como *“(…) a informação necessária sobre a aplicação de verbas para o funcionamento da fonoteca nos termos do protocolo, nomeadamente relatórios de atividades e de mais documentação de suporte, bem como comprovativos de todas as despesas efetuadas.”;*

Considerando que na sequência da notificação a entidade apenas procedeu à regularização das suas obrigações até ao final de 2013, através da restituição do montante recebido e não documentado no valor de 674,00 euros (*cf.* Guia de Receita n.º 12.458, de 25.05.2015);

Considerando a ausência de qualquer outra resposta escrita por parte da BIP e em face do reiterado incumprimento do fixado no Protocolo em vigor, relativamente ao ano de 2014 até à presente data, foi remetido à entidade novo ofício, com registo de saída S/1848, de 03.06.2015, através do qual ficou a Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria

notificada a pronunciar-se, num prazo de dez dias úteis, sobre a intenção do Município da Marinha Grande vir a invocar a cláusula 11.ª do Protocolo, que prevê *“O Município reserva-se o direito de, em caso de incumprimento ou violação do presente protocolo, proceder ao encerramento do espaço e à recolha dos equipamentos apoiados no âmbito deste protocolo, sem direito a qualquer indemnização ou compensação.”* e, conseqüentemente, estarem reunidas as condições para que a Câmara Municipal possa deliberar a cessação do Protocolo em vigor, fazendo cessar todas as condições nele fixadas, sem quaisquer contrapartidas para ambos os outorgantes.”;

Considerando o registo de entrada E/5153, de 16.06.2015, através do qual vem a Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria, em resposta à notificação, informar que *“(...) à Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria não é viável, infelizmente, prosseguir com a utilização do espaço da Fonoteca para os fins previstos, dentro dos termos do protocolo anteriormente celebrado com a Câmara Municipal da Marinha Grande.”*;

Considerando os despachos do Sr. Vereador Vítor Pereira e da Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento que, em face dos pressupostos aqui enunciados, determinam, respetivamente, o fim deste projeto e a elaboração da presente proposta de deliberação para a cessação do Protocolo celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou toda a documentação e reconhecendo os fundamentos nela contidos, delibera invocar a cláusula 11.ª do Protocolo celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria, fazendo cessar de imediato todas as condições nele fixadas, sem quaisquer contrapartidas para ambos os outorgantes, passando toda a gestão do espaço, bens e equipamentos para o Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO – CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA “ANTÓNIO ESTEVES, A ARTE DE TRABALHAR O VIDRO”

497 - Presente a informação interna I/856/2015 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preço do catálogo da exposição temporária *“António Esteves, a arte de trabalhar o vidro”*, para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...)”*

de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal “fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”;

- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público publicações alusivas às suas exposições ou ao património local/regional, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação do preço para o novo catálogo adquirido, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Catálogo António Esteves	1,43 €	2,50 €	-	2,50 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura a reunião prosseguiu à porta fechada, para discussão e votação dos pontos 35 e 36 da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

35 - PROCESSO DISCIPLINAR. DECISÃO.

498 - Presente processo disciplinar, instaurado a trabalhadora desta Câmara Municipal, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 13 de maio de 2014, composto por 11 pastas, cujas folhas estão devidamente numeradas e rubricadas.

Presente relatório final do instrutor, de 22 de junho de 2015 (fls. 3983 a 4122, do processo disciplinar).

Presente parecer fundamentado e tempestivo, apresentado pelo STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, em 2 de julho de 2015.

Considerando que:

- I. A trabalhadora, no período de 4 de novembro de 2013 a 5 de maio de 2014, se apropriou de dinheiros públicos, para seu uso pessoal, no montante de 5.672,65 euros (cinco mil, seiscentos e setenta e dois euros e sessenta e cinco centavos), procurando ocultar essa ação ilícita através da simulação de pagamentos de cauções a diversos clientes, que de facto não ocorreram;
- II. A ação descrita no número anterior foi realizada sob a forma de dolo direto, na medida em que a referida trabalhadora revelou consciência de que o facto é ilícito e de que a sua prática é censurável, tendo dirigido a sua vontade na realização do facto ilícito com a intenção de o realizar;
- III. Este comportamento da trabalhadora violou os deveres gerais de prossecução do interesse público, de zelo e de lealdade, nos termos concretamente enunciados no relatório final;
- IV. Foi demonstrada a verificação de duas circunstâncias agravantes especiais (a vontade determinada de produzir resultados prejudiciais ao serviço e a premeditação) e uma circunstância atenuante especial (confissão parcial), não ocorrendo circunstâncias que sustentem uma atenuação extraordinária da pena;
- V. A pena aplicável a trabalhadores que se tenham apropriado de dinheiros públicos, para seu uso pessoal, é a de demissão (alínea m), do n.º 1, do artigo 18.º, do Estatuto Disciplinar (mantida alínea l), do n.º 3, do artigo 297.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);
- VI. A pena de demissão é proporcional e justa em função da gravidade da infração e das suas repercussões;
- VII. A infração disciplinar continuada praticada pela trabalhadora, no período de 4 de novembro de 2013 a 5 de maio de 2014, inviabiliza a manutenção da relação funcional, na esteira de abundante jurisprudência dos tribunais administrativos superiores, citada no relatório final;
- VIII. A competência para a aplicação da pena é da Câmara Municipal (artigo 14.º, n.º 4, do Estatuto Disciplinar, mantido no artigo 197.º, n.º 4, da LTFP);

Assim, a **Câmara Municipal**, concordando com o relatório final (fls. 3983 a 4122, do processo disciplinar), que se dá por integralmente reproduzido, compulsado o processo instrutor, ponderadas as circunstâncias em que ocorreu a infração disciplinar e os demais elementos legalmente devidos, assim como a resposta apresentada à acusação e os resultados das diligências requeridas, **delibera** aplicar à trabalhadora – titular de relação jurídica de emprego público – a pena de demissão pela prática de uma infração disciplinar continuada de apropriação de dinheiros públicos, para seu uso pessoal, no montante apurado de 5.672,65 euros (cinco mil, seiscentos e setenta e dois

euros e sessenta e cinco cêntimos), no período de 4 de novembro de 2013 a 5 de maio de 2014, que se traduziu na violação, sob a forma de dolo direto, dos deveres gerais de prossecução do interesse público, de zelo e de lealdade, nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 18.º, do Estatuto Disciplinar, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro (mantida alínea l), do n.º 3, do artigo 297.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), por violação das alíneas a), e) e g), do n.º 2 e n.ºs 3, 7 e 9, do artigo 3.º, do Estatuto Disciplinar (mantidas nas alíneas a), e) e g), do n.º 2 e n.ºs 3, 7 e 9, do artigo 73.º, da LTFP), por ser inviável a manutenção da relação funcional.

Mais delibera determinar que a trabalhadora proceda à reposição do montante de 5.672,65 euros (cinco mil, seiscentos e setenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos), por corresponder ao valor apurado de que se apropriou indevidamente, descontando-se eventualmente quaisquer montantes que entretanto tenha reposto ou venha a repor.

A Câmara Municipal delibera ainda remeter o processo para efeitos de notificação e trâmites subsequentes ao serviço de recursos humanos.

A presente deliberação foi tomada por escrutínio secreto, nos termos do artigo 55.º n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal delibera, por último, que para efeitos de publicitação da ata seja omitido o nome da trabalhadora visada, na medida em que o acesso ao processo e a esta deliberação apenas pode ser efetuado nos termos da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - PROCESSO DISCIPLINAR COMUM N.º 1/JA/2015 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA INSTRUTORA – DECISÃO FINAL

499 - Presente Processo Disciplinar Comum n.º 1/JA/2015, mandado instaurar por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, emitido em 18.05.2015, a trabalhador, composto por 223 folhas.

Na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, emitido em 18.05.2015, foi elaborada a Acusação - fls. 128 a 146 -, da qual o trabalhador foi notificado pessoalmente em 22 de maio de 2015.

Concluída a fase de defesa do trabalhador, foi elaborado pela Instrutora, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 219º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20.06., o respetivo Relatório Final, composto por 65 folhas - fls. 159 a 223 -, e que aqui se dá para todos os legais efeitos como integralmente reproduzido.

A Câmara Municipal apreciou e no exercício da sua competência conferida pelo n.º 4 do art.º 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20.06. delibera, fazendo uso do escrutínio secreto previsto no n.º 3 artigo 55º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Concordar com a Proposta da Instrutora de aplicação da sanção disciplinar de suspensão, por 20 dias, ao trabalhador, com os fundamentos de facto e de direito constantes no Relatório Final da Instrutora, provada a prática pelo trabalhador de comportamento omissivo - a não inumação do cadáver de Amador Sinésio Guerra Pereira na sepultura perpétua n.º 1360 do cemitério da Marinha Grande, em 26.10.2014, com condições regulamentares para o efeito -, ilícito - decorrente da violação de dois deveres gerais inerentes à função que o trabalhador exerce, mais concretamente o dever de obediência previsto na alínea f) do n.º 2 do artigo 73º da LGTFP e o dever de zelo, previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 73º da LGTFP -, culposo - agiu dolosamente, com consciência, de livre vontade e com intenção de não proceder à inumação do cadáver de Amador Sinésio Guerra Pereira na sepultura perpétua 1360 do cemitério da Marinha Grande no dia 26.10.2014 – denotando com o comportamento adotado um grave desinteresse pelo cumprimento dos referidos deveres funcionais, incompatível com uma mera negligência ou má compreensão dos deveres funcionais.

2. E ainda,

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 192º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e tendo em consideração quer a doutrina quer a jurisprudência mencionadas no Relatório Final da Instrutora quanto à aplicabilidade da suspensão de uma sanção disciplinar, suspender, pelo período de um ano, a sanção disciplinar de suspensão, concluindo-se, nomeadamente perante a apreciação dos elementos constantes no Relatório Final da Instrutora no âmbito do qual se constata que ao trabalhador, que exerce funções nesta Câmara Municipal há mais de 20 anos, nunca foi aplicada qualquer sanção disciplinar e perante o contacto pessoal com o trabalhador, que a simples censura do comportamento e a ameaça da sanção disciplinar de suspensão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição quanto à prevenção da reincidência e manutenção da confiança dos trabalhadores na validade e vigência das normas jurídicas violadas.

3. Notificar pessoalmente o trabalhador da presente deliberação, no prazo de 48 horas, bem como, na mesma data, a Instrutora, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do art.º 222º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

A presente deliberação a produzir os seus efeitos legais no dia seguinte ao da sua notificação ao trabalhador, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 192º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 17

37 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia oito de julho de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **7.311.065,32 €** (sete milhões, trezentos e onze mil e sessenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

500 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião